

A abordagem do desenvolvimento na obra de Álvaro Vieira Pinto

Álvaro Vieira Pinto on economic and social development

Vitor Eduardo Schincariol*

Resumo: Este artigo aborda aspectos relativos ao problema do desenvolvimento econômico na obra tardia de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). Como filósofo, Vieira Pinto tornou-se conhecido por fundamentar filosoficamente o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. Porém, com a publicação recente de suas últimas obras, viu-se como buscou abordar mais diretamente temas socioeconômicos, relacionados à tecnologia, à demografia, à ecologia, dentre outros. O presente texto inicialmente reconta em linhas gerais a evolução da obra do autor, reconstruindo também seus aspectos biográficos mais salientes. Depois, residindo aí sua principal contribuição, o texto busca reconstruir a conexão que Vieira Pinto fez entre desenvolvimento, demografia, tecnologia e ecologia, criticando ao mesmo tempo o modo como o autor articulou tais categorias. O artigo conclui que apesar das contribuições de Vieira Pinto no campo da filosofia e da ciência social, várias de suas posições relativas à questão do desenvolvimento não podem ser mantidas à luz da moderna literatura especializada do campo teórico no qual o autor buscava situar-se.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; demografia; ecologia; intelectuais brasileiros; ISEB.

Abstract: This article analyses the main aspects related to the question of the economic and social development in the work of Álvaro Vieira Pinto (1909-1987). As a philosopher, he became famous by his philosophical theorization of the Brazilian developmentalism; however, with the recent publication of his two last works, it can be seen how he tackled more directly the questions related to economic and social development, particularly technology, demography,

* Professor Associado (nível 1) da Universidade Federal do ABC. Credenciado no Bacharelado em Ciências Econômicas e Relações Internacionais. Membro dos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares em Economia Política Mundial (PPG-EPM) e Ciências Humanas e Sociais (PPG-CHS) da UFABC. Atualmente é Professor Visitante (Visiting Scholar) na SOAS (School of Oriental and African Studies - Universidade de Londres)

ecology and others. This article firstly summarizes the evolution of Vieira Pinto's work, including his biographical aspects. Then the work retraces Vieira Pinto's connections between development, demography, technology and ecology, in order to criticize the way how he linked them. The article concludes that despite of his several philosophical and sociological contributions, many of Vieira Pinto's positions regarding economic development, demography, technology and ecology cannot be maintained in light of the modern specialized literature of the overall theoretical field to which he intended to belong.

Keywords: Economic development; demography; ecology; Brazilian intellectuals; ISEB.

1. A obra de Álvaro Vieira Pinto ¹

Em 2017 completaram-se trinta anos da morte de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX. Ex-integralista, tendo estudado medicina, física e matemática, defendeu na França tese sobre Platão, assumindo posteriormente a função de docente na então Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro; para um levantamento biográfico e bibliográfico atualizado, ver Gonzato e Merkle, 2016 e Freitas, 1998). Naquela instituição lecionou lógica matemática e história da filosofia. Ingressou posteriormente no então Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado pelo Ministério da Cultura em 1956 (ver Sodré, 1978), sendo responsável pela área de filosofia; tornou-se diretor a partir de 1962 (para mais dados, ver também Abreu, 2017). Pelo ISEB publicou seu extenso *Consciência e Realidade Nacional* (1960), obra pouco discutida no âmbito acadêmico brasileiro contemporâneo, na qual buscou fundamentar filosoficamente as posições nacionalistas do nacional-desenvolvimentismo na época (a crítica clássica desta obra está em Lebrun, 1963; republicada em Toledo (org.), 2005).

Com o golpe de 1964, o fechamento e a destruição física do ISEB pelo governo militar (ver Sodré, 1978), exilou-se por um período na Iugoslávia. Por intermédio de Paulo Freire, rumou com a esposa ao Chile, país no qual

¹ O autor agradece ao parecerista deste periódico pelos apontamentos que contribuíram para chegar-se a esta versão final.

trabalhou para o CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia), sob administração da Organização das Nações Unidas. Publicou então *El pensamiento crítico en demografía* (1973), obra não traduzida para o português. Na sequência deu forma a seu denso e original *Ciência e Existência*, obra que sintetizou suas palestras no Chile e que visava uma introdução ao trabalho científico para o estudante ‘terceiro-mundista’. Não tendo sido aceita como publicação pelo CELADE, terminou por ser publicada pela Editora Paz e Terra no Brasil (Vieira Pinto, 1969), com grande demanda à época (Saviani, 1993, p.20). De fato, Vieira Pinto retornou ao Brasil relativamente cedo, em 1968, trabalhando agora como tradutor para Ênio Silveira, editor da Editora Civilização Brasileira, sob pseudônimos. Sem reatar vínculos formais com a universidade, continuou pesquisando e escrevendo, estando ao mesmo tempo temeroso e recluso. São deste período intelectual final suas duas outras extensas e eruditas obras, *O conceito de tecnologia* (Vieira Pinto, [1974] 2005) e *A sociologia dos países subdesenvolvidos* (Vieira Pinto, [1977] 2008). Como dito, estas duas obras foram publicadas apenas postumamente e recentemente, o que contribuiu para que tenham sido até o momento objeto de poucas análises.

De fato, apesar de sua erudição, sistematicidade e complexidade, a obra de Álvaro Vieira Pinto nunca foi objeto de amplo reconhecimento geral, não tendo gerado uma ‘escola’ nem uma sequência institucionalizada de estudos (para uma coletânea de textos com um balanço sobre o ISEB, ver Toledo (org.), 2005). Quanto ao isto, seu caso difere de suas virtuais contrapartidas intelectuais da época, como os membros da ‘Escola Paulista de Sociologia’ - crítica do ISEB, do ‘nacional desenvolvimentismo’ e do assim chamado ‘populismo’-, ou de seus correspondentes ‘cepalinos’ (Celso Furtado, Raúl Prebisch etc.), que também defendiam, sob premissas semelhantes à do ISEB, o então chamado ‘projeto nacional’ (e cuja inserção institucional e acadêmica foi muito maior; para um resumo das críticas e defesas do ISEB, ver Motta, 2000). Uma pesquisa nos principais periódicos brasileiros da área de ciências sociais vai encontrar -proporcionalmente a sua importância- relativamente poucas referências a Vieira Pinto, bem como poucas teses acadêmicas relativas a suas contribuições para a epistemologia, filosofia ou a pedagogia (ver bibliografia). A coletânea recente *Intérpretes do Brasil, clássicos, rebeldes e renegados* (Secco e Pericás, 2014) igualmente ignora o ‘renegado’ Vieira Pinto, embora abordando

outros 'isebianos' (Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Celso Furtado, que manteve vínculos com o instituto). Com exceção de suas duas obras finais, as obras de Vieira Pinto então publicadas pelo ISEB tampouco foram reeditadas.

Certamente, o 'esquecimento' de Vieira Pinto, remediado aos poucos com o aumento da difusão de sua obra, tem diversas razões históricas. Em parte deve-se à brutalidade sofrida pelo ISEB pelos militares em 1964 (fechamento e destruição física de suas instalações e demissão sumária de seus membros), e ao exílio forçado de Vieira Pinto e outros membros do instituto. Deu-se a perda de suas conexões acadêmicas e institucionais no país, impedindo-o de ensinar e publicar. Depois de seu retorno ao Brasil, vedado o acesso à universidade, Vieira Pinto não pôde formar discípulos que pudessem levar à frente seu amplo programa de pesquisa e a divulgação, bem como o estudo crítico de suas obras, que envolviam a filosofia antiga, a contemporânea, a pedagogia, as ciências sociais e, em sua última fase, a cibernética, desenvolvimento e temas correlatos. Ênio Silveira conta que Vieira Pinto, apesar de sua ampla erudição e trajetória consolidada como intelectual, tornou-se, depois de afastamento das funções universitárias e a sombra da perseguição policial, uma figura discreta e mesmo 'indefesa' (Ferreira et alii, 2003, p.70). Deve-se acrescentar também, por fim, que a maioria das referências ao ISEB ficaram hegemônicas por um criticismo parcialmente exagerado, tal como na interpretação original de Weffort, Ianni e outros, sistematizada na obra clássica de Toledo (1982; para um resumo das críticas ao ISEB, ver também Motta [2000]).² Por fim, as posições políticas e teóricas não cosmopolitas de Vieira Pinto destoariam cada vez mais das tendências de um mundo 'pós-moderno' crescentemente 'globalizado' e 'relativista', no qual amiúde, Vieira Pinto concordaria, '*the postmodern indifference paralyzes philosophy*' (Hösle, 2013, p.190).

Assim, o então médico, matemático e filósofo poliglota Vieira Pinto -que, conta-se³, ministrava suas aulas citando em alemão, latim, russo e grego (ver

² Estas interpretações só mais recentemente ganharam contrapontos, com a publicação, organizada pelo próprio Toledo, da coletânea de artigos reunidos em (Toledo [org.], 2005); nesta, o próprio Toledo fez uma autocrítica quanto à abordagem de *ISEB: Fábrica de Ideologias*. Há também algumas teses e dissertações reavaliando o papel do ISEB e de seus membros na luta política e na produção intelectual brasileira no campo das ciências sociais como um todo; ver por exemplo Pereira (2003).

³ Wilson do Nascimento Barbosa, Titular da cadeira de História Econômica da Universidade de São Paulo e ex-aluno de Vieira Pinto na então Universidade do Brasil e no ISEB, relatou também a este autor que Vieira Pinto tornou-se também vendedor das então Enciclopédias

também Serviani, 1993, p.15)- morreu na obscuridade e na reclusão, não tendo visto suas duas principais obras finais sendo publicadas. ⁴ Seu estilo final mesclou sua ampla erudição com um tom amargo, sarcástico e recheado de adjetivações. No entanto, este fim não seria particularmente importante e chamativo não tivessem as obras do autor relevância não só histórica mas teórica e epistemológica, como reconhecia, dentre outros, Paulo Freire.

De um ponto de vista do debate de ideias, o que chama atenção na obra madura de Álvaro Vieira Pinto –isto é, depois que abandonou o integralismo- foi em primeiro lugar a especificidade de sua busca de um embasamento filosófico da defesa das posições nacionalistas e do projeto desenvolvimentista existentes no Brasil dos anos cinquenta e sessenta (para um resumo e apreciação favoráveis de *Consciência e Realidade Nacional*, ver Roux, 1990). O aspecto ainda menos sobressalente da obra do autor, dada a publicação apenas recente de suas obras finais, refere-se a um aprofundamento de sua avaliação das condições teóricas e epistemológicas em que opera a teoria social a partir da clivagem entre países ‘desenvolvidos e subdesenvolvidos’, e uma discussão de temas ligados à cibernética e economia, incluindo-se dentro deste último item o desenvolvimento e seus temas correlatos da demografia, tecnologia e ecologia. Revela-se aí em Vieira Pinto o zênite de sua abordagem dialética e materialista, com o uso de tais categorias sob a perspectiva da ‘autoconsciência dos países subdesenvolvidos’. Ele pretendia nada menos do que concluir um ciclo ‘fenomenológico’ inaugurado pela filosofia clássica alemã, que passaria depois por Marx e a teoria da luta de classes, até desembocar na crítica à alienação não só do trabalho, mas da situação neocolonial. ‘Nessa medida, sua obra interessa a um âmbito mais amplo’ (Roux, 1990, p.57).

Em tempo: os meandros filosóficos deste esforço intelectual particular, refletidos em *Consciência e Realidade Nacional* e *Ciência e Existência*, merecem por si sós, do ponto de vista da história das ideias, atenção (ver Lebrun (1963), reimpresso em Toledo (org.) (2003) e Roux, 1990). Em termos

Barsa como forma de complementação de sua renda no fim de sua vida, o que dá a dimensão das restrições de renda às quais estava submetido.

⁴ O organizador da publicação de *A sociologia dos países subdesenvolvidos* explica que tal obra encontrava-se em poder de uma herdeira do acervo de Vieira Pinto, que aparentemente ignorava a relevância de seu conteúdo (De Fáveri, 2008, p.15). Ressalte-se também que alguns manuscritos referentes a outros assuntos, dos quais se sabe que existiam por própria declaração de Vieira Pinto, não foram até hoje encontrados.

mais amplos, justificar-se-ia também um resgate e uma contínua reavaliação das questões colocadas pelo ISEB e seus autores, pioneiros e atuais em muitos aspectos.⁵ No que se segue, busca-se dar uma pequena contribuição para esta agenda de pesquisa mediante uma análise de recorte mais monográfico referente a certos aspectos da obra tardia de Vieira Pinto ligados ao problema do desenvolvimento econômico e social, marcantes em suas obras finais, particularmente *El Pensamiento Crítico en Demografía* (1973), *O Conceito de Tecnologia* (2005 [1973]) e *A sociologia dos países subdesenvolvidos* (2008 [1975]). Evita-se abordar os problemas teóricos referentes às questões da educação, filosofia e epistemologia, já realizados com relação ao ISEB e a Vieira Pinto (como fizeram Abreu, Toledo, Lebrun, Côrtes, Roux, dentre outros; ver bibliografia). Ignoram-se assim as contribuições das anteriores obras *Consciência e Realidade Nacional* e *Ciência e Existência*. Esta escolha justifica-se pelos seguintes motivos: pela necessidade de uma discussão constante da história intelectual brasileira e dos diversos diagnósticos sobre o país feitos em seu passado recente; pelo relativo ineditismo da delimitação temática aqui proposta; pela crítica aqui traçada de alguns de seus limites e anacronismos (não realizadas, por exemplo, por Heméritas, 2015, e Lessa, 2010, que basicamente reivindicam a obra do autor).

Em termos mais específicos, na continuação deste trabalho busca-se: tecer uma breve introdução quanto à fase ‘nacional-desenvolvimentista’ do pensamento de Vieira Pinto; avaliar o diagnóstico do ‘subdesenvolvimento’ feito pelo autor, criticando-o particularmente quanto a aspectos referentes à demografia, tecnologia e ecologia; por fim, segue-se uma conclusão e a lista de referências bibliográficas.

2. A fase do nacional-desenvolvimentismo

⁵ Basta lembrar, por exemplo, das ricas discussões das *Coleções Isebianas*, como por exemplo sobre os limites de uma mera política educacional para levar-se ao ‘desenvolvimento’, tal como na obra *Educação e Desenvolvimento Nacional* (Silva, 1957) ou a discussão pioneira da importância estratégica dos recursos naturais para uma política de soberania nacional, tal como em *Manganês: utilização, recursos nacionais, política de aproveitamento e de exportação* (Lemos, 1963); vale lembrar também da obra de Wanderley Guilherme editada na série posterior *Cadernos do Povo Brasileiro*, que, em 1963, trazia como título *Quem dará o golpe no Brasil?* (Guilherme, 1962).

Uma primeira etapa nítida da noção de desenvolvimento -posteriormente abandonada- refere-se à época em que Vieira Pinto e outros autores do 'primeiro ISEB' buscavam fundamentar uma nova política de independência nacional. Esta fase, inaugurada ou por uma 'revolução' ou por vias políticas, também influenciada pelo diagnóstico feito sobre o caráter 'feudal' ou 'capitalista' das relações sociais no Brasil, deveria remover os interesses locais que fossem contrários à industrialização, a uma modernização no campo e à soberania nacional. Mesmo para os marxistas, esta etapa de desenvolvimento capitalista seria bem-vinda pois prepararia o caminho a uma futura revolução socialista (entendida na clássica forma 'etapista' como uma fase posterior à de um capitalismo desenvolvido; para a visão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ver Sodré, 1984). Daí Nelson Werneck Sodré incluir, numa das publicações clássicas dos *Cadernos do Povo Brasileiro* do ISEB em 1962, a burguesia na categoria de 'povo brasileiro'.

Quem é o povo, hoje, no Brasil? São as partes da alta e da média burguesia que permanecem fiéis ao seu País, é a pequena burguesia que, salvo reduzidas frações corrompidas, forma com os valores nacionais e democráticos, é o numeroso campesinato que acorda para a defesa de seus direitos, é o semiproletariado e, principalmente, o proletariado, que se organiza amplamente e comanda as ações políticas. É este o povo que vai realizar a Revolução Brasileira (Sodré, 1962, p.51).

(Note-se como não aparece nenhuma asserção definitiva sobre a questão racial.)

Da 'independência' do Brasil em 1822, bastante específica em termos latino-americanos, ao governo Vargas, transcorreram-se 108 anos. Para Vieira Pinto, a 'consciência' brotava agora da industrialização e enfim negava a 'alienação' colonial. Era papel do intelectual 'comprometido' não só fundamentar filosoficamente a construção da nação, mas assegurar a certeza do movimento ascensional. Para o autor, o conhecimento da ciência social deveria estar subordinado aos interesses da 'nação'. Neste momento, '[a] luta de classes, para Vieira Pinto, existe, mas é contradição secundária' (Roux, 1990, p.63). Uma das verdadeiramente genuínas contribuições do pensamento nacional-desenvolvimentista, e particularmente de Vieira Pinto, fora realçar e reelaborar para as condições brasileiras aquela velha constatação já feita pelo economista

alemão Friedrich List (1789-1846) de que os interesses nacionais não necessariamente coincidem. No caso de Vieira Pinto, tal reelaboração mesclava, inicialmente, as categorias da *Lógica* e da *Fenomenologia* de Hegel e elementos do existencialismo francês, na extensa *Consciência e Realidade Nacional* (Vieira Pinto, 1960). A aula inaugural do ISEB, feita por Vieira Pinto na presença do então presidente Kubitschek, *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (Vieira Pinto, 1960) pode ser considerada um resumo daquela obra maior (ver Gonzatto e Merkle, 2016). Analisemos as linhas gerais desta palestra convertida em texto introdutório.

No Brasil, argumentava Vieira Pinto, teria havido falta até então de ‘filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto’ (Vieira Pinto, 1960, p.12). Assim, buscava-se utilizar a linguagem e o raciocinar filosóficos do existencialismo europeu para melhor compreender o que seria uma nação colonizada que estaria em vias de transformação rumo a sua independência, adaptando-se as categorias que melhor servissem a este projeto.⁶ Este melhor compreender-se a ‘si mesmo’ seria um passo necessário para a afirmação da colônia como nação, superando a ‘alienação’ (entendida na chave colônia/metrópole) e afirmando-se -ainda na linguagem existencialista que adotou por um período- como ‘ser autêntico’, representando-se como objeto e não sujeito (para a relação de Vieira Pinto com o existencialismo, ver Saviani, 1993, p.18). Então:

A inautenticidade consistia em que, por falta de consciência própria utilizávamos o que era próprio de consciências alheias e pelo modo como essas nos pensavam é que igualmente nos compreendíamos. Estávamos assim entregues ao ponto-de-vista alheio, regulávamos o juízo sobre nós mesmos pelo modo de pensar alheio, isto é, estávamos, no sentido rigorosamente etimológico da palavra, alienados. A alienação foi o traço peculiar à nossa sociedade até o presente (Vieira Pinto, 1960, p.26).

⁶ ‘[...] quando o processo econômico está sendo conduzido de modo inautêntico, alienado, submisso às pressões do capital estrangeiro, é o caso em que a consciência se vê impedida, justamente porque reflete um processo inautêntico, de se tornar fonte de projeto autêntico’ (Vieira Pinto, 1960b, p.575).

Esta reinterpretação do conceito de alienação, que, reconheça-se, é bastante engenhosa em termos de uma adaptação da filosofia europeia para ‘nossos fins’, continuava porém a ser uma compreensão do Brasil a partir de um ‘aparelhamento conceitual vindo de fora’ -elemento irremediável da filosofia de uma nação nova (para uma discussão desta questão, ver Freitas, 1998, p.126). Ao mesmo tempo, não era baseada na mera observação histórica em termos empíricos ou *positivos*; Vieira Pinto ia além. A história, como em Hegel, possuía uma lógica inerente a ela, e de fato um *telos*. *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* mantinha o conceito de ‘Ideia’ hegeliano.

O conceito de desenvolvimento enquanto processo obriga-nos a pensá-lo sob a espécie de unidade. Quer isto dizer que não nos é lícito permanecer na mera constatação empírica das fases sucessivas do crescimento, mas que só podemos interpretá-lo como processo se descobirmos a unidade que nele se espelha, unidade dinâmica, ou seja, concatenação de fatos segundo uma idéia unificadora, multiplicidade de situações interiormente relacionadas (Vieira Pinto 1960, p. 23).

Como se viu depois, havia ao menos dois problemas neste modo de interpretar o desenvolvimento, por mais elaborado que o fosse. Este procedimento, ainda que justificado do ponto de vista da teoria do conhecimento hegeliana -a realidade não é caótica mas tem uma certa *ordem* que pode ser interpretada em termos racionais-, não poderia ser justificado necessariamente nos marcos de uma realidade nacional *dada*. Porque, simplesmente, há casos nacionais em que a nação simplesmente não se ‘desenvolve’ sob os parâmetros ‘ocidentais’, como é efetivamente o caso da maioria das nações pobres até hoje existentes (para uma discussão atual, ver De Rivero, 2001). Hegel estava errado ao afirmar que tais nações não têm história; mas certamente a maioria não tem ‘desenvolvimento’, pelo menos aquele definido pela industrialização, distribuição de renda etc..

De fato, mesmo tendo a realidade uma *lógica*, a história para Hegel não conhece o desenvolvimento similar de todas as realidades nacionais (para uma discussão, ver Marcuse, 1979). Mas o esforço filosófico baseado numa teoria da história idealista (aqui o termo é usado sem conotação pejorativa) para fins desenvolvimentistas não podia reconhecer que o Brasil seria um destes casos. E justamente, o Brasil era um destes casos (de um desenvolvimento que *não* estava assegurado). Este problema tampouco poderia ser evitado recorrendo-se

aos casos da filosofia da história de Hegel em que as nações entram em decadência, com um afastamento do ‘Espírito do Mundo’ para outras regiões do globo, porque, como reconhece Vieira Pinto, havia até então ‘atraso do nosso processo de desenvolvimento’ (Vieira Pinto, 1960, p.14). O ‘Espírito do Mundo’ não havia ainda se ‘revelado’ para o Brasil.

Com efeito, a visão do desenvolvimento como um ‘processo segundo uma ideia unificadora’ abrigava ainda o resquício não só teleológico mas *teológico* típico de Hegel, ao passo que o restante das ciências sociais, que optaram pelo positivismo-lógico (ou alguma de suas variantes ‘atomísticas’; ver Höslé, 2013), desenvolviam uma visão secular destituída de compromissos com o cumprimento de ‘etapas’ necessárias. Tornando-se estas, assim, muito menos expostas a imprecisões preditivas ou a assunções simplesmente erradas sobre o devir histórico, ainda que sob perda de seu grau de erudição ‘metafísica’ (aqui a expressão utiliza-se sem conotação pejorativa). *A posteriori*, pode-se dizer que não se está aqui defendendo o caráter idiográfico da história, mas sim que a existência das leis sociais não garante a previsibilidade dos acontecimentos e muito menos a aceitabilidade acrítica da noção de progresso (para uma ‘dialética negativa, ver Adorno, [1966] 2009). Como veremos à frente, nosso autor manterá uma visão otimista da história até o fim.

É verdade que a efetivação da ‘Ideia’ em termos de desenvolvimento deveria ser feita mediante o ‘papel da consciência’ (racional), significando isto em linguagem corrente que a luta pelo desenvolvimento é uma luta *consciente*. ‘Parece-nos rigorosamente exato dizer que o fenômeno social que define a realidade brasileira em nossa época é o surgimento, em forma clara, segura e definitiva, dessa consciência’ (Vieira Pinto, 1960, p.26). Assumir o desenvolvimento em termos de uma reinterpretação das categorias hegelianas dava a Vieira Pinto e a muitos membros do ISEB o poder de penetração conferidos pela complexidade analítica das categorias da *Lógica* e da *Fenomenologia do Espírito*. Porém, da mesma forma como Adorno e Horkheimer viram as implicações disto para uma história que não se revela necessariamente como *progresso* (ver também Adorno e Horkheimer, [1944] 1985), o período posterior a 1964 no Brasil mostraria que o progresso supostamente inerente ao desenvolvimento nacional também não era ‘seguro e definitivo’.

Repare-se que neste caso as ciências sociais de recorte ‘positivo’, e mesmo o marxismo ocidental, prudentemente afastaram-se de qualquer noção garantida de progresso tal como assumido, por exemplo, na vulgarização de um W.W. Rostow e suas ‘etapas do desenvolvimento’ (ver Rostow, 1960). À luz da história, tornar-se-ia seguro afirmar então que a ciência social, seja marxista, funcionalista ou ‘desconstrutivista’, devesse duvidar de qualquer pressuposto teleológico ligado à noção de progresso, ainda que isto não implicasse um rechaço a uma história de tipo nomotética e implicasse o custo da perda da fé num futuro redentor (a despeito de que, como escrevia o ainda ‘desenvolvimentista’ Guerreiro Ramos, a vida prática não estivesse limitada a um mero contemplar empiricista, mas sim podendo ser mudada pela atividade do ‘sujeito cognocente’ [Guerreiro Ramos, 1956, p.16]).

4. Demografia, tecnologia e ecologia

Mas ao invés da revolução nacional, da autonomia e da soberania com a unificação de *um povo* e um capitalismo sem entraves arcaicos estruturais, a divisão entre ‘nacionalistas’ e ‘entreguistas’ aguçou-se no início da década de (19)60, e o ISEB refletiu esta impossibilidade de um desenvolvimento harmônico e nacional. Antes do golpe de 1964, a direção e os membros remanescentes do ISEB já haviam estabelecido uma perspectiva popular que conferia maior ênfase à luta de classes -para desgosto de Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe,⁷ que já haviam deixado o órgão.⁸ Com o golpe, começaria uma nova fase de internacionalização da economia sob a égide do capital internacional e dos interesses agroexportadores. De fato, não houve regressão da industrialização, mas esta agora passou a ser ‘dependente’ de capitais

⁷ De *Consciência e Realidade Nacional*, Guerreiro Ramos diria depois: ‘é forjicação filosófica. Ficará na história das ideias no Brasil como símile de *O mito do século XX* de Alfredo Rosemberg, que serviu aos nazistas para a dopagem em massa de consciências incautas’ (citado por Toledo, 2005, p.157). Este e outros atritos entre os membros do ISEB, segundo Werneck Sodré, davam-se devido à ‘heterogeneidade ideológica e política de seus quadros [bem como] uma competição de prestígio entre professores’ (Sodré, 1978, p.36).

⁸ Esta transição acelerou-se no primeiro lustro dos anos (19)60. Ainda em 1960, Vieira Pinto afirmava conservadoramente sobre a ‘revolução nacional’: ‘representa um fato objetivo, consiste na mudança qualitativa do modo de ser da realidade nacional [...]. A revolução tem muitas vezes por seu maior inimigo o ‘revolucionário’. Figura característica do cenário político dos países atrasados, é um tipo emocionalmente instável, de sangue quente, agitado, capaz de desencadear movimentos sociais que não sabem porque se processam nem sabe dirigir, porque não age em obediência à representação correta do curso histórico da realidade’ (Vieira Pinto, 1960b, p.574).

internacionais, e não traduziria mais *desenvolvimento*, como a CEPAL reconheceria (ver a coletânea de textos clássicos da CEPAL organizada por Bielschowsky [2000]). Autoritarismo, obscurantismo, concentração da renda, censura, manutenção de estruturas pré-capitalistas e submissão à potência dominante: ainda que numa nova escala, o Brasil se manteve ‘subdesenvolvido’.

Assim, a ‘superação’ [*Aufhebung*] da alienação colonial não fora a objetivação da ‘autoconsciência da nação’ e um regime econômico baseado em capitais nacionais e democracia social, mas uma industrialização baseada em capitais externos e ditadura política, criando um fosso social entre ricos e pobres. As esperanças dos cepalinos e isebianos frustraram-se e muitos deles, agora no exílio, mudariam seu diagnóstico sobre o Brasil, ⁹ incluindo Vieira Pinto, que agora assumiria explicitamente a abordagem dialética materialista – em vez de Guerreiro Ramos, que, nos Estados Unidos, denunciaria o caráter ‘marxista-leninista’ do ‘último ISEB’. Seguir-se-iam então as obras *Ciência e Existência* (1969), *El pensamiento crítico en demografía* (1973) -ambas redigidas no Chile-, e posteriormente *O conceito de tecnologia* (Vieira Pinto [1974] 2005, dois volumes) e *A sociologia dos países subdesenvolvidos* (Vieira Pinto [1977] 2008). Faremos aqui um comentário geral deste diagnóstico mais tardio com relação aos problemas do (sub)desenvolvimento efetuado pelo autor.

Como ele próprio reconhece, ao longo do período de ISEB havia adotado uma abordagem mais ‘objetivista, menos idealista’ (ver Saviani e Oliveira, 2010, p.19). Esta abordagem refletiu o interesse de Vieira Pinto por um desenvolvimento de categorias não só filosóficas e epistemológicas, mas também socioeconômicas (ou materialistas). Sua liberdade quanto a interesses fossem editoriais, fossem institucionais, lhe permitiu aprofundar os estudos.

El pensamiento crítico en demografía é um livro extenso e ambicioso. É endereçado ao estudante e ao intelectual latino-americano e ‘terceiro-mundista’. Ainda que reconhecesse que não possuía formação específica em demografia, discute-a com propriedade e conhecimento da literatura e seus problemas, propondo mesmo um programa de pesquisa específico à realidade dos países subdesenvolvidos.

⁹ Wilson do Nascimento Barbosa, que, como dito acima, fora membro do PCB, aluno do ISEB e da Universidade do Brasil, refletiria ceticamente no exílio: ‘Não existem na América Latina elites nacionais que possam ser formadas a partir do povo, porque o próprio povo, em cada local aparentemente nacional, é um ajuntamento heterogêneo em termos de cultura e interesses’ (Barbosa, 2013, p.143-144).

O autor procede como Marx, desconstruindo a aparente validade lógica formal de cada categoria, desvelando a dialética da relação e da contradição inerente a cada termo, a cada suposta ‘lei’, da demografia convencional. Diferentemente de Marx, porém, as categorias não são deduzidas dialeticamente umas a partir das outras e o índice da obra é temático. À análise dialética o autor soma reflexões típicas de um certo resquício de existencialismo, mas subsumidos agora conscientemente pelo ‘materialismo dialético’, do qual é, de fato, um continuador original, adaptando-o (tal como feito com o hegelianismo e o existencialismo) à compreensão da condição periférica.

Vieira Pinto analisa criticamente diversas definições de demografia e população, e as relações destas com outras áreas do conhecimento. Aplica as categorias hegelianas de contradição, relação, determinação, dedução, quantidade e qualidade etc.. para reinterpretar óticas convencionais ‘deterministas’ e/ou conservadoras. Assim, o indivíduo está imerso em uma relação ‘dialética’ com o todo; sua morte é um fato social e coletivo e só assim interessa à demografia etc. ‘*Así como el nacimiento, siendo el inicio de lo nuevo, no suprime la conservación de lo anterior, la muerte, siendo el fin de lo viejo, no excluye el surgimiento de la originalidad*’ (Vieira Pinto, 1973, p.237). Ao mesmo tempo, desenvolve a análise de Marx em seu famoso capítulo sobre a ‘lei geral da acumulação capitalista’ (Marx [1867] 2003), adaptando-a para as condições dos países pobres. Vieira Pinto endossa e tenta desenvolver a hipótese de que não há leis demográficas universais, tendo cada ‘modo de produção’ as suas próprias.

Esta obra se estende por mais de quatrocentas páginas; o livro é repleto de *insights* brilhantes e sensíveis, como quando o autor busca explicar a *funcionalidade* para as famílias humildes de um número grande de filhos, tornados fontes de recursos pela mera mendicância e outro mecanismos similares. Para as famílias humildes, faria sentido trazer mais filhos ao mundo porque, quando estes vêm, são capazes de qualquer forma de adicionar ‘marginalmente’ algo à produção e à riqueza de suas famílias. O autor busca assim combater as correntes ‘neomalthusianas’ que propugnavam programas de controle populacional nos países pobres. Para ele, ‘*el poder político de una sociedad está siempre influido por su base demográfica*’ (Vieira Pinto, 1973, p.296). Ou, como afirmou semelhantemente em *A sociologia dos países*

subdesenvolvidos, ‘O aumento da quantidade gera uma alteração da qualidade, que no plano político significa o nascimento de uma consciência de si’ (Vieira Pinto, [1977] 2008, p.94). Portanto, haveria um interesse dos países dominantes em difundir doutrinas malthusianas, por razões geopolíticas:

Como reconocen [os países dominantes] que uno de los factores que impulsan el crecimiento de esta conciencia nativa en las áreas tradicionalmente dependientes, es su alta tasa de natalidad, acompañada ahora de un coeficiente de mortalidad declinante -o sea, que el crecimiento bruto de la masa humana de las regiones pobres asume para ellas un valor político práctico inestimable-, los responsables por las ambiciones económicas de las naciones ricas tendrán que imaginar varios expedientes para hacer frente a esta situación que amenaza subvertir el equilibrio de relaciones mundiales en que descansa la superioridad de algunas naciones poderosas. Entre estos expedientes, algunos son de naturaleza demográfica y se configuran en la difusión de ideas y doctrinas que pretenden influir en el proceso de la población (Vieira Pinto, 1973, p.84).

Por sua vez, as classes dominantes locais gostariam também de ver refreado o aumento do número de pessoas pobres.

El concepto de exceso es por sí ilógico. Además, se descubre que la mano de obra que aparece como excesiva porque no encuentra colocación natural inmediata y queda en la condición de postulante, ejerciendo presión sobre el mercado de trabajo, está compuesta por individuos que de cualquier manera tienen que conseguir medios de subsistencia, no siendo, en sentido social, demasiados, no constituyendo excedentes, sino siendo simplemente aquellos que permanecen al margen del mercado regular y son obligados a ocuparse en un trabajo productivo ínfimo, de rendimiento sólo marginal (Vieira Pinto, 1973, p. 291).

Já vamos voltar a esta afirmação. Cabe antes adicionar que o autor vai além. Ele afirma que a concepção de um indivíduo é algo ‘natural’; ‘*Biológicamente, el hombre produce el hombre en el cumplimiento de una ley natural, y como el más valioso rendimiento de la vida individual*’ (Vieira Pinto, 1973, p.298). Parece defender, em bases de aparente inconsciência religiosa, que qualquer óvulo fertilizado deve ter o direito de vir ao mundo. ‘*Si para obtener los índices económicos deseados es preciso proceder previamente a la matanza de los no concebidos, lo que se pretende es proceder a un escamoteo de la*

realidad, falsificar los términos del problema, lo que lo torna evidentemente de fácil solución verbal' (*ibid.*, p.287).

Apesar da opção pelo método dialético e o rechaço do que hoje chamaríamos de 'individualismo metodológico', o autor adota neste trecho o método de agregar a partir das unidades individuais ao estilo do pensamento neoclássico em microeconomia, derivando diretamente o funcionamento do todo a partir das partes. Dado que Vieira Pinto não aceitava as premissas do individualismo metodológico que estão por trás das hipóteses da microeconomia neoclássica, esta maneira de raciocinar contradizia o 'método dialético' que declarava assumir. De fato, a identificação entre o crescimento da população e o poder nacional -por um lado- e a política populacional como uma arma das nações imperialistas -de outro-, será mantida ao longo das obras finais do autor, com insistente ênfase. Ainda que ela tivesse sentido histórico, porém, ignorava toda uma outra discussão da teoria econômica da época, feita dentre outros por Oskar Lange, Joan Robinson, Michał Kalecki e Gunnar Myrdal, que adicionava mais elementos à relação entre desenvolvimento e população (ver especialmente Robinson, 1956; Kalecki, 1971; Myrdal, 1973; Lange, 1986).

A discussão sobre população e 'excesso de mão-de-obra' estava atravessada, desde Ricardo e Marx, pelo problema da tecnologia. O próprio Marx (seguindo o Ricardo tardio) já deixava ver que o 'exército industrial de reserva' (isto é, o desemprego e a população 'excedente') cresceria à medida que a 'parte viva' do trabalho decaísse, com o processo de intensificação do uso das tecnologias substituidoras de mão-de-obra típica do capitalismo moderno. Tanto a Escola de Cambridge quanto os planejadores socialistas -Oskar Lange e Michał Kalecki sendo os mais conhecidos deste segundo grupo- reconheciam que o uso das tecnologias modernas, com alta relação de capital por unidade de trabalho utilizada, agravaria no curto prazo o problema do 'excesso de oferta de mão-de-obra' (ainda que elevando o grau de produtividade da unidade de trabalho empregada; ver Lange, 1986).¹⁰

¹⁰ 'Uma economia subdesenvolvida é uma economia em que o acervo disponível de bens de capital não é suficiente para dar emprego à totalidade da força de trabalho disponível quando utilizando as modernas técnicas de produção. Consequentemente, existem duas alternativas para uma economia deste tipo. Uma é o emprego da força de trabalho disponível utilizando técnicas de produção atrasadas, primitivas. Isso implica uma baixa produtividade do trabalho e, por conseguinte, uma renda real *per capita* baixa. A outra alternativa é a adoção de técnicas mais avançadas de produção e uma maior produtividade

Mas Vieira Pinto seguiu uma linha diferente. Temendo que toda e qualquer desconfiança quanto ao uso da tecnologia conduzisse ao irracionalismo de um Heidegger (autor enfaticamente citado e criticado ao longo de *O conceito de tecnologia*) ou ao catastrofismo dos autores ‘cibernéticos’, Vieira Pinto ignorou a questão muito anterior e mais prática da relação entre a produtividade da técnica e o volume de oferta de trabalho. Não via que havia uma questão muito mais prática e anterior, a da relação inversa entre as técnicas mais caras e modernas, e a demanda de trabalho (‘vivo’) nos processos em que ela era empregada. Esta era uma discussão típica da teoria do desenvolvimento nos anos cinquenta e sessenta, feita inclusive sob o âmbito da CEPAL. Particularmente, Vieira Pinto dedicou todo um capítulo de *O conceito de tecnologia* ao argumento da ‘impossibilidade de a máquina dispensar o trabalho humano’.

Falar em ‘fim do trabalho’ significa portanto ou não ter entendido em que consiste a essência do ser humano ou fazer a cibernética [...]. Não é lícito descolar o homem e o trabalho, pois não se trata de simples condição chamada de sobrevivência, mas na verdade de vivência. É inadmissível que as máquinas automatizadas, ou qualquer outro dispositivo sonhado, ponham fim ao trabalho, porquanto esta essa irrealizável cessação equivaleria ao fim do próprio homem (Vieira Pinto, 2005b, p. 537).

Aqui o autor confundia ontologia com análise econômica. É claro que o ‘homem’, ou melhor, o ser humano ou a ‘humanidade’, e o seu trabalho, não podem ser totalmente substituídos pelas máquinas e computadores. Mas é claro que a máquina pode desempregar muitos trabalhadores (o estudo clássico de Robinson (1956) é ainda atual). Neste sentido, a adoção periférica de técnicas desenvolvidas nos países mais avançados como recurso ao aumento da taxa de produtividade (e assim de ‘desenvolvimento’) deveria ser problematizada e não tomada como necessidade *a priori*, no sentido de que, na presença particularmente de uma alta taxa de crescimento demográfico, tais tecnologias modernas poderiam *potencializar ainda mais* o desemprego.

Além disto, o autor depositou uma confiança bastante ingênua nas potencialidades sociais e nacionais do uso da técnica e, de forma subreptícia, em

do trabalho. Isso implica, contudo, o desemprego ou o subemprego de parte da força de trabalho [...]’ (Lange, 1986, p.53).

mecanismos auto-reguladores, ao afirmar que quanto mais avançada fosse a automação, maior a demanda por trabalho qualificado e maior o próprio desenvolvimento social.¹¹ Mas há um caráter contraditório entre o aumento do poder do país periférico baseado no uso e/ou importação de máquinas e equipamentos modernos e o aumento do desemprego que isto poderia promover em condições de rápido crescimento da produtividade. Em termos de um processo do desenvolvimento assentado na autonomia de decisões locais e na eventual potencialização do uso do fator trabalho, a adoção de técnicas intermediárias (isto é, com menores relações capital-produto) deveria ser assumida ao menos como uma possibilidade (ver por exemplo Furtado, 2004) - ainda que isto implicasse, teoricamente, num menor ritmo do crescimento da produtividade por trabalhador empregado e, num plano global, do poder de inserção externa do país periférico (com relação, por exemplo, ao potencial de suas exportações). Neste sentido, o ponto de vista 'ontológico' era em essência correto em termos filosóficos, mas irrelevante em termos práticos, isto é, econômicos. Ignorava Vieira Pinto toda uma complexa discussão sobre os diferentes efeitos econômicos desta ou daquela técnica adotada, feita pelos autores acima citados (ver por exemplo o apêndice de Robinson 1956). Vê-se então que havia limites para uma abordagem 'enciclopédica' e filosófica.

Por outro lado, mesmo assumindo-se nenhuma evolução do grau de produtividade e a produção com as mesmas técnicas ao longo do tempo, a chamada literatura heterodoxa argumentou, particularmente Joan Robinson numa chave lógica marxista (ver Robinson, 1979), que não há relação determinante necessária entre o volume de investimentos e o nível de reprodução demográfica, ainda que estejam correlacionadas de alguma forma (para uma discussão ver Schincariol, 2017). Estas variáveis podem, em muitas circunstâncias, seguir direções opostas. Como mostrou esta autora na primeira parte de *Accumulation of Capital* (Robinson, 1956), os salários podem cair por

¹¹ 'Quanto mais avançada for a automação conseguida por uma sociedade, tanto mais será de esperar desenvolverem-se nela aceleradamente as condições objetivas e subjetivas favorecedoras da formação de uma mentalidade tão aprofundadamente lógica, que não se restringirá ao conhecimento e aplicação do comportamento abstrato e formal da lógica, mas vislumbrará e apreenderá o significado epistemológico e hermenêutico do conhecimento dialético' (Vieira Pinto, 2005b, p.530). E: 'a tendência do processo de acelerado desenvolvimento da tecnologia será fazer-se em direção a dois resultados simultâneos e conjugados, o incremento do trabalho, sem dúvidas em formas progressivamente intelectuais, e a liberação do tempo ocupado na produção' (*ibid*, p.785). Quanto a este sim, mas quanto ao primeiro, não, tal como se argumenta neste trabalho.

muito tempo com relação à taxa de investimento sem que esta se reative ciclicamente. Tal pode ter razões meramente econômicas ou técnicas, como uma melhoria súbita nas condições de acesso à saúde (como de fato ocorreu depois de 1945 em quase todo o mundo) ou alteração das condições culturais que interferem na reprodução demográfica (como o aumento do pessimismo ante a uma guerra ou condições econômicas debilitadas). Desta forma, ‘quando o tamanho da força de trabalho é independente da demanda de trabalho dos empresários, um [teto] máximo é colocado para a taxa de acumulação pela taxa de aumento da força de trabalho. Quando a acumulação não alcança esta taxa, há crescimento do desemprego de longo de prazo’ (Robinson, 1956, p.84).

Neste caso, Vieira Pinto não via que pode haver um desbalanço entre o crescimento demográfico e a taxa de acumulação, no qual aquele pode correr à frente deste, *criando mais desemprego*. Isto não acarreta necessariamente uma visão conservadora sobre o processo econômico. Segundo Robinson, não seria o aumento do número de pessoas pobres e desempregadas também de interesse do ‘capital’? Isto porque o aumento do número de desempregados -isto é, o aumento da oferta de mão-de-obra com relação a sua demanda- faz caírem os salários e a capacidade de resistência do trabalho organizado. Neste sentido, poder-se-ia perguntar se a China estava adotando uma medida ‘fascista’ (como caracteriza Vieira Pinto a política de planejamento familiar) ao adotar a política do filho(a) único(a), ou se os líderes chineses estavam apenas reconhecendo o fato de que a quantidade de alimentos que se pode extrair da terra num país ‘em desenvolvimento’ e recentemente saído da Segunda Guerra Mundial não era ilimitada. Como tampouco ilimitadas são as oportunidades de crescimento econômico e geração de trabalho, à luz da taxa de crescimento da população, num período e em condições históricas dadas. É claro que uma política econômica de sucesso e condições propícias poderiam gerar condições para alimentar e vestir com dignidade uma população grande, e é louvável que o autor tenha buscado defender os interesses das massas miseráveis, mas a nobreza do discurso não lhe confere necessariamente cientificidade.

Deste modo, ao repetir sequencialmente em todas as suas obras um tom professoral sobre a ‘superioridade da dialética’ e sobre a ‘ingenuidade’ do ‘outro’, o estilo de Vieira Pinto tornava-se eventualmente cansativo, e maculava em parte a validade de outros de seus argumentos relativos à demografia (que

não se está a questionar aqui). Ao atribuir toda e qualquer discussão sobre uma política de planejamento familiar a interesses racistas e intervencionistas, ao ‘darwinismo social’, ignorou-se um outro importante ângulo do problema demográfico que estava sendo construído não a partir da perspectiva dos intelectuais ‘imperialistas’, mas sim dentro do próprio campo teórico ao qual pertencia o autor (marxismo e suas subcorrentes, ou correntes correlatas, como o institucionalismo [Myrdal], o estruturalismo [Furtado, Prebisch] e a chamada escola de pós-keynesiana [Robinson, Kalecki]). Não seria lícito ignorar tais contribuições com base em sua origem geográfica.

Reconheça-se, porém, que a análise de Robinson e outros omitia, por sua vez, os próprios argumentos geopolíticos da população como um elemento de poder, tal como Vieira Pinto afirmava. Assim, em se aceitando a contribuição de todos estes diferentes autores para uma teoria do desenvolvimento periférico, seria necessário ponderar todos os argumentos e interpretá-los à luz dos casos concretos analisados (isto é, experiências nacionais), para os quais, eventualmente, o crescimento populacional apareceria como um claro fator positivo. O que não se podia era tomá-lo necessariamente como um fator de desenvolvimento sem custos, como fez Vieira Pinto. Assim, o problema demográfico, tão caro ao autor, permaneceria pendente de uma síntese mais equilibrada. Neste caso, caberia a crítica de Toledo referente à confusão entre ideologia e ciência (ver Toledo, 2005, p.162).

Assim como Vieira Pinto não viu qualquer impedimento ou restrição material ao crescimento econômico e demográfico, não viu qualquer problema relacionado ao fenômeno da intensificação da poluição, da escassez e questões correlacionadas. A poluição seria um ‘conceito ideológico’. Seu argumento é o de que havia razões geopolíticas por parte dos países industrializados em defender uma moderação do uso dos recursos naturais pelos países periféricos, para fins de manutenção de baixos preços de produtos naturais e de concorrência para com suas empresas exportadoras (para uma discussão clássica, ver Baran [1956]; para uma atualização, Chang, 2002). A industrialização e o crescimento dos países periféricos ameaçaria a divisão desigual de poder internacional e divisão de trabalho estabelecida pelos oligopólios num determinado momento. Assim, não sem certa razão, Vieira Pinto interpretava alguns falsos ambientalismo como na verdade discursos que mal disfarçavam interesses

poderosos, perniciosos para os interesses das nações que buscavam independência.

Porém, o autor usou uma linguagem barroca e impressionista para discutir a questão, e novamente ignorou importantes frações da literatura crítica que apresentava outros matizes. O tratamento do problema é de fato muito pobre na obra tardia de Vieira Pinto. Vamos citar algumas sentenças. Os perigos da multiplicação ilimitada da espécie humana são apenas ‘supostos’ (Vieira Pinto, [1977] 2008, p.94). ‘Tudo leva a crer, se não estamos enganados, que a palavra mágica que veio a tomar o lugar da descartada e desmoralizada noção de ‘explosão demográfica’ é a nova descoberta dos cientistas metropolitanos, a ‘poluição’ (Vieira Pinto, [1977] 2008, p.99). Para o autor, a poluição ‘sempre existiu’; o homem [sic!] vive num mundo que é ‘produto *seu*’ (*ibid.*, p.100, *itálicos meus*); ‘o homem [sic!] não faz parte de nenhum ecossistema, porque o reflexo de sua realidade que é a sua consciência [sic!] permite-lhe alterar as condições do mundo, criar seu ambiente, adaptando-a a si, sem a obrigação, que é o traço característico do vivo irracional, de ter de se adaptar ao ecossistema em que se acha incluído, sob pena de perecer’ (idem, p. 104). *Et cetera*.

Há aqui, de forma até chocante, antigas características do racionalismo europeu: o antropocentrismo e a confiança ilimitada na ‘razão’ (ou ‘vitória da racionalidade sobre a natureza bruta’, como afirmava (Vieira Pinto, 2005b, p.536). Para não irmos muito longe, o autor evitava aqui qualquer interface com a obra de outro consagrado mas ‘renegado periférico’, o romeno Nicholas Georgescu-Roegen. Com seu clássico *The Entropy Law and the Economic Process* (1971), este autor aplicava -reivindicando inclusive a dialética- as leis da termodinâmica às estruturais materiais e energéticas da vida econômica, apontando para uma transformação *qualitativa* inexorável do grau de *desordem* (entropia) na Terra a partir do aumento do consumo *quantitativo* dos recursos. Este autor fornecia novos subsídios para uma crítica anticapitalista que Vieira Pinto também agora buscava fazer, sob outra perspectiva, sem extrair daí ao mesmo tempo qualquer interesse ‘imperialista’.

Vieira Pinto, curiosamente, reconheceu no segundo volume de *O conceito de tecnologia*, que ‘[no] espaço cósmico a energia pode traduzir-se a partir de outras formas de movimento da matéria, as radiações ou o plasma, e esse é um fenômeno que somente tem o caráter não espontâneo na reduzida extensão do

espaço onde vivemos' (Vieira Pinto, 2005, p.181). Isto de fato validava a interpretação de Georgescu, no sentido de afirmar que, no plano da temporalidade humana, a entropia -o aumento do grau de desordem das estruturas materiais e energéticas à disposição do processo econômico- era inexorável, independentemente da 'morte fria', ou não, do Universo. Mas Vieira Pinto, em nome da defesa do terceiro-mundismo, continuou a defender que 'o mundo pertence aos *homens...*', que o 'homem' 'domina', 'conquista' a natureza, que os recursos naturais são de uso ilimitado, que o planeta e os territórios nacionais podem abrigar qualquer número de pessoas, reciclar qualquer volume de poluição e imprimirem qualquer taxa de depleção dos minerais etc.. Em *A sociologia dos países subdesenvolvidos*, o autor inseriu uma digressão sobre o conceito de consumo:

O consumo indica o avanço do domínio do homem sobre as forças da natureza, pelo conhecimento dos fenômenos que aí se passam e das ideias que o regem. [...] o ato de consumir é primordialmente negativo, significa execução de uma aniquilação, a supressão do ser, substituído pelo respectivo não-ser, porém ao mesmo tempo representa, dialeticamente, um ato positivo, porque impõe a recuperação do consumido, condiciona ou força a nova fabricação dele. [...] para chegar a desgastar o objeto pelo consumo, o homem precisa primeiro gastar valores econômicos. [...] A apropriação, a utilização privada de um bem aniquila-o porque com este ato o nega, o consome. Já a utilização em si nada tem de negativo quando possui caráter público, porque o objeto, sem deixar de representar o mesmo bem, a mesma utilidade, não foi subtraído da sociedade. O desgaste que seu emprego impõe não é a agregação do custo inicial, mas, ao contrário, a permanente reafirmação da positividade dele pela aplicação para uso de todos (Vieira Pinto, 2008, p.307-310).

Estes trechos são sintomáticos. Realce-se antes que 'homem' é aqui sempre tomado como sinônimo de 'humanidade'. Apesar do jogo de palavras com a dialética, o autor esquece que a reposição do bem consumido não é daquele bem consumido especificamente, mas de *outro* bem similar; entre um ato e outro, foram consumidos energia, recursos materiais, e expelidos poluição e dejetos. O consumo para ele parece não gerar lixo, externalidades, escassez. Ao mesmo tempo, tanto o consumo público como o privado demandam energia e recursos, e poluem. E mais. Se há muitos indivíduos consumindo os recursos 'públicos', tanto maior o impacto ecológico quanto mais 'elevado e acelerado o

crescimento da nossa população' (*ibid.*, p.338): e isto *infelizmente* e não 'felizmente', como escreve o autor. O autor não se debruça também sobre a questão do conflito distributivo entre as gerações, permeado pelos problemas ecológicos (ver Jonas [1979] 2004).

O que se poderia inferir *corretamente* da diferença discutida pelo autor entre o uso dos recursos privados e públicos é que o consumo público envolve, em geral, um menor gasto e poluição *per capita*, devendo ser o primeiro -numa política socioambiental consciente de desenvolvimento- privilegiado quanto ao segundo. Isto tem óbvias implicações anticapitalistas não exploradas por Vieira Pinto. O consumo (ao menos no sentido entrópico) não seria uma 'destruição criadora' (*ibid.*, p.310), mas -dialeticamente- 'criação destruidora', envolvendo mais bem-estar no presente a causar impactos no meio e maior pobreza futura (aumento do grau de entropia). Não há assim 'consumo' abstrato, mas sempre de recursos físicos; não há consumo sem contrapartida material, mas sim aumento do bem-estar atual com custos futuros (para as gerações futuras, inclusive). O autor está correto ao sinalizar as diferenças entre os dois tipos de consumo, mas, como se vê, não conseguiu superar os marcos das antigas abordagens (incluindo as marxistas) que ignoravam que não há consumo abstrato, mas sim consumo que demanda recursos e energia. Especialmente petróleo, recurso finito e poluente.

Assim, a linha de raciocínio do autor não era a mais promissora em termos epistemológicos e heurísticos à luz da literatura 'de fronteira' já daquele período. De fato, Vieira Pinto não viu as implicações negativas desta postura para o campo teórico e político em que pretendia estar. Credo realizar uma denúncia do 'colonialismo intelectual' -certamente correta em muitos aspectos-, sua postura atrasava a apropriação do tema da ecologia pelas abordagens críticas do desenvolvimento. Surpreendentemente, em seu afã racionalista de combate o reacionário pessimismo *heideggeriano*, Vieira Pinto -que ironicamente insistia na centralidade da mudança qualitativa na história- afirmaria que 'a automação não inaugura nenhuma nova época histórica porque não obriga a nenhuma mudança essencial nas relações de produção' (Vieira Pinto, 2005b, p.536). Infere-se daí que o grau de poluição, de consumo de recursos, e -especialmente- do *barateamento do trabalho manual* na época atual, não seriam 'qualitativamente diferentes'. Isso apagava as diferenças entre

as etapas da história, na contramão do que reivindicava o autor para o estudo dos fenômenos do passado.

Assim sendo, havia toda uma linha de raciocínio a partir do tema da ecologia que poderia apropriada pelo pensamento ‘não ingênuo’, voltado à interpretação da realidade dos países pobres, como se veria por exemplo (em termos embrionários) com Celso Furtado e seu reconhecimento do *Mito do desenvolvimento* (Furtado, 1974), seguido pela publicação, pela CEPAL, da coletânea *Estilos de Desarrollo y Medio Ambiente en la América Latina* (Sunkel e Gligo (orgs.), 1981). Ressalte-se que tais estudos eram coetâneos. Se se aceita a validade da ‘crítica anticapitalista’ (pode-se não aceitá-la, é claro), é forçoso reconhecer que Vieira Pinto não conseguiu conectar sua discussão entre o consumo público e privado para sugerir que seriam as ‘classes dominantes’, tanto nos países pobres como nos ricos, as que mais poluem, e que deveriam ser assim os principais alvos da crítica social -ainda que um mundo superpovoado com trabalhadores humildes também enfrentasse escassez e poluição. O autor ignorou também que seriam os pobres e os ‘povos de cor’ (a expressão é dele), dada a dificuldade do acesso à água e moradia adequada, as principais vítimas de um mundo de água e ar poluídos e de reciclagem de poluentes mortíferos (ver Alier e Jusmet, 2003, particularmente o capítulo IX). Este processo poder-se-ia definir como ‘racismo ambiental’ e dar ensejo a um ‘ambientalismo dos pobres’ (Alier, 2002). Vieira Pinto não viu que sua denúncia aos países centrais poderia ter sido feita na base de que seriam estes os grandes poluidores de fato, e que, assim, era aquele estilo de vida (‘capitalista’) que deveria ser combatido.

Vieira Pinto sugeria que as periferias tinham direito à industrialização de tipo capitalista como meio de chegar, posteriormente, a um socialismo industrializado. Mas esta etapa posterior ao industrialismo capitalista, de fato, nunca ocorreu em nenhum lugar onde o capitalismo estabeleceu-se definitivamente. Desta forma, para empreender uma renovada crítica ao funcionamento do capitalismo em termos globais e sua operação nos países ‘subdesenvolvidos’ -objetivo explícito da obra do autor-, teria sido teoricamente mais coerente reconhecer a validade do conceito de entropia (que autor conhecia) e adaptá-lo à abordagem do desenvolvimento. Teria sido mais coerente a sua autodenominação de ‘filósofo pobre de um país pobre’ defender um modelo de desenvolvimento ‘de pobreza com dignidade e soberania’. Nesta

chave, é claro que os países pobres necessitam de algum tipo de crescimento e geração de trabalho; mas este modelo deveria combinar tal meta com sua disponibilidade de recursos materiais e privilégio de formas de consumo e produção coletivas, menos urbanas e menos impactantes em termos ecológicos.

Neste sentido, a abordagem de Robinson parece mais realista, ao reconhecer as dificuldades oriundas dos limites dos recursos naturais.

A sharp rise in the rate of growth of numbers has set in most of the countries of the Third World, and, in almost of them, unemployment has been growing over the last twenty years less rapidly than population. [...] An increase in the expectation of life is a clear gain but an increase in the number of bodies in a given territory is by no means an unambiguous benefit. A higher density of settlement (above a threshold, that is soon passed, permitting adequate mastery over the environment) means a lower average availability, per family, of natural resources, including the cultivable land, and it becomes progressively more onerous to make good the deficit by investment as density increases. Furthermore, a growth of numbers, starting from any initial level, requires the provision of additional resources which, for a stationary population, could be devoted to improving equipment, education and amenities for those who have been born already (Robinson, p.8, 1979).

5. Conclusões

No mundo ‘globalizado’ e aparentemente cosmopolita da década de (19)80 em diante, o próprio ISEB e a ideia de um desenvolvimento assentado em capitais nacionais e de forte participação do estado foi praticamente esquecido no Brasil, apesar de seu sucesso em termos de crescimento econômico na Ásia (ver a análise crítica de Bresser-Pereira, 2014). Para além da justiça das respostas que deu o ISEB em seus diferentes momentos para as questões nacionais, os tipos de perguntas feitas naquele momento parecem manter sua relevância num mundo onde um comércio mais intenso e maiores fluxos de capital não eliminaram a pobreza, o nacionalismo, o perigo da guerra e a crescente militarização. Para os países subdesenvolvidos -ou, se se preferir, em desenvolvimento- a internacionalização do capital frequentemente tem sido sinônimo de perda pelo governo do controle das variáveis macroeconômicas fundamentais, como reconhecido pela literatura. E, no nível cultural, isto tem

sido expressado pela descaracterização dos traços culturais nacionais em funções de padrões ‘globalizados’, fatos que sem dúvida subscrevem atualidade a muitos aspectos da obra de Vieira Pinto.

Neste sentido, Vieira Pinto, da mesma forma e coetaneamente a um Celso Furtado ou a um Raúl Prebisch, construiu um avanço para a compreensão dos aspectos econômicos, intelectuais e culturais dos países hoje intitulados ‘em desenvolvimento’, mediante uma reinterpretação das categorias de alienação, inautenticidade, ‘amaneirada’ etc.. Em seu caso, ele buscou fazê-lo mediante instrumentos teórico-metodológicos assentados na lógica dialética e numa profunda erudição enciclopédica. Isto, argumenta-se aqui, não impede que aspectos importantes de sua obra devam ser rechaçados ou matizados. Tal crítica, porém, deve evitar a fácil acusação de ‘anacronismo’, pois o autor estava atento à produção científica ‘de fronteira’ daquela época e optou conscientemente pela defesa dos aspectos teóricos que lhe pareciam os mais corretos.

Particularmente, Vieira Pinto incorreu em confusões entre ideologia e ciência com relação aos instrumentos de análise econômica e análise social, maculando parte de seus argumentos -sendo neste contexto corretas as críticas de Toledo e Lebrun acima mencionadas. Isto levou sua análise a eventualmente desconsiderar avanços teóricos ou técnicos produzidos nos grandes centros como meramente ‘ideológicos’ e não como instrumentos que poderiam ser *apropriados* pelo intelectual no mundo periférico para reforçar intelectualmente a ‘luta pelo desenvolvimento’. Quanto à defesa *per se* do crescimento populacional como um fator de poder e desenvolvimento para os países ‘subdesenvolvidos’, é certo que autores como Robinson ou Lange não a ponderaram sob o ângulo geopolítico (ver Schincariol, 2017), e que se podia justificá-la no contexto das relações internacionais desiguais entre as nações, sendo coerente com o esquema conceitual teórico geral de Vieira Pinto. Mas tal defesa despreza outros aspectos relevantes para a problemática do desenvolvimento, tais como o óbvio maior impacto ecológico advindo do crescimento econômico dos países periféricos ou simplesmente maior desemprego, se o crescimento demográfico ultrapassa a taxa de investimento ou se ocorre paralelamente à adoção das técnicas mais modernas (isto é, mais produtivas) disponíveis no momento.

De fato, se as tecnologias modernas desempregam mais trabalhadores do que os absorvem, e se o crescimento do consumo *per capita* implica num aumento do grau de entropia no planeta, os chamados ‘padrões de desenvolvimento’ deveriam ser revisto em seus múltiplos aspectos. Dever-se-ia levar primeiramente em consideração o aproveitamento do fator trabalho abundante e não apenas a maximização dos retornos dada em geral pela tecnologia mais poupadora de trabalho (problema conscientemente abordado nas experiências socialistas; ver por exemplo Ellman, 1979). Há então uma contradição potencial na adoção das técnicas mais modernas, pois tal adoção pode levar a um maior crescimento da produtividade mas também a um maior desemprego *em condições de rápido crescimento demográfico* ou de um baixo nível de investimentos, maculando assim a própria busca pelo desenvolvimento. Evidentemente, esta relação não é simples, podendo-se eventualmente o país adotar as técnicas superiores (em termos de produto por empregado) devido a uma série de razões (essencialmente técnicas, ou de escassez de mão-de-obra, ou outras possíveis). O que se está argumentando como uma crítica à obra de Vieira Pinto é que tal caráter dialético não tenha sido explorado do ponto de vista de suas eventuais implicações e/ou resoluções negativas (para uma discussão sobre contradições e suas superações no campo da economia política, ver Grespan, 1996). Quer dizer: a concatenação do uso das técnicas mais modernas de produção com um rápido crescimento populacional *pode* acarretar em maior pobreza e um maior impacto ambiental, sem que isto acarrete necessariamente nenhum fator claramente positivo em termos de desenvolvimento e de poder nacional.

Ao mesmo tempo, não é claro que a soberania nacional dos países pobres e um ambiente geopolítico mais equilibrado sejam conquistados primeiramente mediante uma maior população ao invés de alto grau de coesão interna -dado, por exemplo, pela homogeneidade étnica, como na Ásia- ou por armas nucleares estrategicamente situadas. Se é certo que os países dominantes não possuem o ‘direito histórico’ de atuar contra as políticas de crescimento dos países periféricos com base em argumentos ecológicos, é verdade também que a busca por tais políticas vai agravar os problemas ambientais que hoje -com exceção dos mais obscurantistas e dogmáticos- reconhece-se como urgentes. As consequências da escassez e da poluição serão gerais. Não reconhecer esta

dificuldade é uma das grandes limitações, em termos de instrumentos de análise, da contribuição de Vieira Pinto para um pensamento crítico que se pretende ‘não alienado’ e não ‘ingênuo’, bem como das atuais abordagens ‘novo-desenvolvimentistas’, tal como, por exemplo, em Bresser-Pereira (2014), que praticamente ignora tal problemática para o Brasil.¹²

A comparação das contribuições de Vieira Pinto -que, enfatiza-se, não foram enfatizadas neste texto- com os seus próprios limites conduz, por fim, a certa ilação teórico-metodológica. A ‘verdade’ não pode ser acessada simplesmente por uma declaração de filiação ao ‘método lógico-dialético’. De fato, mesmo se aceita a (brilhante) divisão hierárquica entre pensamento lógico-formal e dialético estabelecida por ele mesmo no segundo volume de *O Conceito de Tecnologia* (*ibid.*, p.406-413), é necessário certo conhecimento especializado sobre cada campo do conhecimento antes de elevar suas inferências da lógica formal à dialética. A maioria dos autores aqui citados provavelmente nunca se interessou seriamente por esta questão, mas é inegável que o jogo científico no nível da lógica formal já é suficientemente complexo, particularmente com a multiplicação do conhecimento produzido atualmente. Neste caso, o tom depreciativo e professoral de Vieira Pinto com relação a todos que não adotassem o recorte teórico metodológico ‘dialético’ podia ser errôneo.

De qualquer forma, em termos mais amplos, muitos se incomodaram com o fato de que o ISEB e seus membros tivessem adotado uma postura de maior aproximação com o povo, com a produção e divulgação de material didático e eventos ‘populares’.¹³ Porém, este era exatamente o papel do intelectual para Vieira Pinto: ele deveria ter um compromisso com as ‘massas’, defendendo os interesses das maiorias dos países pobres. Neste caso, as metas isebianas de desenvolvimento baseado nas ideias de independência política e intelectual, de união das nações pobres, de valorização da razão e da

¹²Assim, se aceitamos que um dos aspectos centrais de um verdadeiro processo de desenvolvimento implica numa relação entre economia e meio ambiente que busque diminuir o grau de entropia sobre o entorno, a maioria dos assim chamados países avançados poderia ser definida como ‘subdesenvolvida’ em termos ecológicos, devido a suas altas taxas de consumo material e energético *per capita*, bem como de produção de lixo, que não podem ser mitigadas completamente pelo reaproveitamento e reciclagem (ver Georgescu-Roegen 2013). Em termos ecológicos haveria então aqui mais um exemplo de ‘dialética negativa’, no caso relativa ao processo de desenvolvimento econômico, pois quanto maior o produto interno bruto *per capita* maior também a chamada ‘pegada ecológica’ e a depleção *per capita*.

¹³Fernando Henrique Cardoso declarou certa vez que ‘eles (isebianos) nos pareciam pouco rigorosos, não tinham a nossa bagagem acadêmica’ (citado por Toledo, 2005b, p.161).

massificação do conhecimento não deixam de ser atuais. Mas tais metas não podem excluir o diálogo científico, o questionamento da ‘razão instrumental’, a importância da lógica formal e certo grau de especialização. Portanto, a contribuição de Vieira Pinto deveria ser ‘superada’ -no sentido da dialética de Hegel- em novas abordagens de desenvolvimento, porque, como já afirmou o próprio, ‘o falso não é já enquanto falso um momento da verdade’ (Hegel, [1807] 1970, p.41).¹⁴

7. Referências

- ABREU, Alzira A.. (2001), “ISEB”, in *Dicionário Histórico-Biográfico do CPDOC-FGV*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. [1944] (1985), *Dialética do Esclarecimento*. São Paulo, Jorge Zahar.
- ADORNO, Theodor. *Dialética negativa* [1966] (2009). São Paulo, Jorge Zahar.
- ALIER, Joan Martinez. (2002), *The Environmentalism of the poor. A study on ecological conflicts and evaluation*. Cheltenham, Edward Elgar.
- ALIER, Joan Martinez e JUSMET, Jordi Joca. (2003), *Economía ecológica y política ambiental*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- BARAN, Paul. (1956), *The political economy of growth*. Nova York, Penguin Books.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. (2013), *A surda*. São Paulo, COM-ARTE.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2014), *A Construção Política do Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). (2000), *50 Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, Record.
- CHANG, Ha-Joon. (2002), *Chutando a escada*. São Paulo, Editora Unesp.
- CORTÊS, Norma. (2013), *Esperança e Democracia. As ideias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte, UFMG.
- DE FÁVERI, José E.. (2008), “Apresentação” e “Posfácio”, in VIEIRA PINTO, Álvaro. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

¹⁴ ‘...ebenso ist das Falsche nicht mehr als Falsches ein Moment der Wahrheit.’

DE RIVERO, Oswaldo. (2001), *El mito del desarrollo. Los países inviables en el siglo XXI*. Cidade do México, Fondo de Cultura.

ELLMAN, Michael. (1979), *Planejamento socialista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FERREIRA, J. C. P.; ALMEIDA, M. A.; FERNANDES, M. O.; SENRA, M. (orgs.) (2003). *Editando O Editor 3 – Ênio Silveira*. São Paulo: Edusp/Com-Arte.

FREITAS, Marcos Cezar. (1998), *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo, Cortez.

FURTADO, Celso. (1974), *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (2004). Introdução ao desenvolvimento, enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GONZATO, Rodrigo e MERKLE, Luiz E.. (2016), “Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento bibliográfico”, in *Revista HISTEDBR*, n.69.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. (1971), *The entropy law and the economic process*. Nova York, Harvard University Press.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (2013), *O decrescimento: entropia, ecologia, economia*, São Paulo: Senac.

GRESPLAN, Jorge (1996). *O negativo do capital*. São Paulo, Hucitec.

GUILHERME, Wanderley. (1962), *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. (1956), 'A problemática da realidade brasileira', in: *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB.

HEGEL, Georg W. F.. ([1807] 1970), *Phänomenologie des Geistes*. Frankfurt, Suhrkamp.

HEMÉRITAS, Paulo Cesar da Costa. (2015), *Sociologia do subdesenvolvimento: visita ao espaço reflexivo de Álvaro Borges Vieira Pinto*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campo de Goitacazes.

HÖSLE, Vittorio. (2013), *A short history of German Philosophy*. Princeton, Princeton University.

JONAS, Hans. ([1979] 2004), *El principio de responsabilidad. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica*. Madrid, Herder.

- KALECKI, Michal (1971). *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LACLAU, Ernesto. (2005), *On populist reason*. Londres, Verso.
- LANGHE, Oskar. (1986), *Ensaio sobre planificação econômica*. São Paulo, Abril Cultural.
- LEBRUN, Gérard. ([1963] 2005), “A realidade nacional e seus equívocos”, in TOLEDO, Caio Navarro de (2005) (org.). *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. São Paulo, Revan.
- LESSA, Renato. (2010), “Democracia, representação e desenvolvimento”, in: *Estado, Instituições e Democracia Brasileira. Livro 9, Volume 2*. Brasília: IPEA.
- LEMOS, Newton L.. (1959), *Manganês: utilização, recursos nacionais, política de aproveitamento e de exportação*. Rio de Janeiro, ISEB.
- LUKÁCS, György. (2010), *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. (2013), “Projeto, democracia e nacionalismo em Álvaro Vieira Pinto: comentários sobre ideologia e desenvolvimento nacional”, in *Revista Estudos Políticos*, n. 6.
- MARCUSE, Herbert. (1979), *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOTTA, Luiz E. P. de. (2000), “O ISEB no banco dos réus”, in *Comum*, v. 5 n. 15.
- MYRDAL, Gunnar (1973). “Economics of an improved environment”, in *World Development*. Londres, Elsevier.
- PEREIRA, Alexsandro E.. (2003), *Produção intelectual e processo decisório: uma análise do papel político e ideológico de ISEB nos anos 50*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROBINSON, Joan. (1956), *The Accumulation of Capital*. Nova York, Palgrave MacMillan.
- ROBINSON, Joan. (1979), *Aspects of development and underdevelopment*. Londres, Cambridge University Press.
- ROSTOW, W. W.. (1960), *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Londres, Cambridge University Press.
- ROUX, Jorge. (1990), *Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro-mundismo*. São Paulo, Editora Cortez.

- SAVIANI, Dermeval. (1993), “Prefácio”, in VIEIRA PINTO, Álvaro. Sete lições sobre a educação de adultos. São Paulo, Cortez.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (1982), *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo, Ática.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). (2005) (org.), *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. São Paulo, Revan.
- TOLEDO, Caio Navarro de. (2005b), “ISEB: ideologia e política na conjuntura de 1964”, in TOLEDO, Caio Navarro de (org.). (2005b), *Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB*. São Paulo, Revan.
- SAVIANI, Demerval e OLIVEIRA, Betty. (2010), “Introdução”, in Vieira Pinto, Álvaro. *Sete lições sobre a educação de adultos*. São Paulo: Cortez.
- SCHINCARIOL, Vitor E.. (2017), “Joan Robinson on Population Growth”, in *Review of Political Economy*. Londres, Taylor & Francis.
- SILVA, Geraldo Bastos da. (1957), *Educação e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1962), *Quem é o povo no Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1978), *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro, Avenir.
- SODRÉ, Nelson Werneck. (1984), *Contribuição à história do PCB*. São Paulo, Global Editora.
- SUNKEL, Osvaldo e GLIGO, Nicolo (orgs.). (1981), *Estilos de Desarrollo y Medio Ambiente en la América Latina*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1960), *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1969), *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1960), *Ideologia e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro, ISEB.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1960b), *Consciência e Realidade Nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro, ISEB.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. (1973), *El pensamiento crítico en demografía*. Santiago do Chile, Organização das Nações Unidas/CELADE.

VIEIRA PINTO, Álvaro. ([1974] 2005a), *O conceito de tecnologia*. 1º vol. Rio de Janeiro, Contraponto.

VIEIRA PINTO, Álvaro. ([1974] 2005b), *O conceito de tecnologia*. 2º vol. Rio de Janeiro, Contraponto.

VIEIRA PINTO, Álvaro. ([1977] 2008), *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Contraponto.

Recebido em Março de 2019
Aprovado em Maio de 2019